

EDUCAÇÃO E SUA MEDIAÇÃO NO INTERIOR DA PRÁTICA SOCIAL

Paschoal QUAGLIO¹

RESUMO: A mediação pela educação tanto serve para conservar quanto para superar as estruturas societárias. Em rápido comentário de algumas teorias educacionais chega-se a apresentar um referencial que serve de instrumento para uma nova estrutura societária. A escola e as doutrinas pedagógicas no referencial proposto assumem uma importância estratégica no êxito de uma educação emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Educação e sociedade; teorias educacionais; função conservadora e reprodutora da educação; teoria dialética da educação.

Ao conceituar educação, todos os autores concordam em que ela, sempre expressa uma doutrina pedagógica, que, implícita ou explicitamente, se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e de sociedade. Concordam também, em que, numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas, isto é, família, igreja, escola, comunidade, que se tornam defensoras de uma determinada doutrina pedagógica.

A educação é para a sociedade, segundo Durkheim, o meio pelo qual prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência.

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine. (Durkheim, 1978, p. 41)

Partindo do conceito de homem egoísta que precisa ser moldado para a vida societária, Durkheim, que não especifica os conteúdos educacionais, explica que as novas gerações apresentam uma flexibilidade para assimilar, internalizar e reproduzir os valores, as normas e as experiências das gerações mais velhas. Explica que o processo educacional é mediatizado basicamente pela família, mas também por instituições do estado, como as escolas, através das quais a experiência das gerações adultas é transmitida tendo em vista a continuidade de uma sociedade dada.

¹ Professor no Departamento de Administração e Supervisão Escolar - FFC - Unesp/Marília Livre-Docente pela Unesp/Marília, Doutor pela FEUSP e Mestre pela PUC/SP.

Parsons (1964) vê na educação, em sua terminologia apresentada como socialização, o mecanismo básico para a constituição de sistemas sociais e de manutenção e perpetuação dos mesmos em forma de sociedades. Não destaca tanto o aspecto coercitivo do sistema face ao indivíduo, ressalta a complementaridade dos mecanismos em atuação a fim de satisfazer os requisitos do sistema social e do sistema de personalidade. Assim como o sistema tem necessidade de socializar seus membros integrantes, também o indivíduo tem necessidade que somente o sistema pode satisfazer. Deixa claro que valores genéricos como continuidade, conservação, ordem, harmonia, equilíbrio, são princípios básicos que regem o funcionamento do sistema societário como um todo e de seus subsistemas, aos quais os indivíduos se sujeitam no seu próprio interesse.

Tanto Durkheim quanto Parsons têm sido criticados por seus pressupostos conservadores, que os levam a exorcizar, com auxílio de uma teoria educacional, o conflito, a contradição, a luta e a mudança social de seus sistemas societários. Os dois autores não vêem na educação um fator de desenvolvimento e de superação de estruturas societárias arcaicas, mas sim o *know-how* necessário, transmitido de geração em geração, para manter a estrutura e o funcionamento de uma sociedade dada.

Autores como Dewey (1965) e Mannheim (1969) encontram na educação não um mecanismos de correção e ajustamento do indivíduo a estruturas societárias dadas, mas um fator de dinamização das estruturas, através do ato inovador do indivíduo. No processo educacional o ser humano é habilitado a atuar no contexto social em que vive, não simplesmente reproduzindo as experiências transmitidas pelas gerações adultas, mas em vista de tais experiências, sua análise e avaliação crítica, ele se torna capaz de reorganizar seu comportamento e contribuir para a reestruturação e organização da sociedade moderna.

Para Dewey a educação é uma doutrina pedagógica específica da sociedade democrática. Pressupõe seres humanos que tenham chances iguais, dentro de uma sociedade livre e igualitária, onde competem por diferentes privilégios. Diferenças de nível e de qualidade entre as pessoas são aceitas como justas porque adquiridas democraticamente. O modelo societário subjacente é o da igualdade das chances, não o da igualdade entre os homens. Essa igualdade das chances é reconhecida e aceita pelos indivíduos que se admitem e aceitam como diferentes quanto a certos dons da natureza (força, inteligência e habilidade). As desigualdades na sociedade não são percebidas como diferenças geradas histórica e socialmente pelo próprio sistema social estabelecido, mas como justas, decorrentes das diferenças naturais entre os homens.

Para Mannheim (Mannheim & Stewart, 1969, p. 41-54), defensor de uma sociedade democrática planejada, a natureza e a história do homem e da sociedade precisam ser controladas de forma racional e democrática. Para isso existe uma série de técnicas sociais, entre elas a educação. A educação vem a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, harmoniosa, democrática, por sua vez controlada, planejada, mantida e reestruturada pelos próprios indivíduos que as compõem. A pesquisa é uma das técnicas sociais necessárias para que se conheçam as constelações históricas específicas. O planejamento é a intervenção racional e controlada nessas constelações para corrigir suas distorções e seus defeitos. O instrumento que por excelência põe em prática os planos desenvolvidos é a educação.

Os autores até aqui comentados: Durkheim, Parsons, Dewey e Mannheim, nas suas teorias sobre educação, pecam por um alto grau de generalidade e de extremo formalismo. Referem-se a indivíduos e sociedades históricas de características universais. Todos os indivíduos são sujeitos ao mesmo processo de socialização em uma sociedade dada, caracterizando-se esta por seu funcionamento global, sua harmonia e ordem interna.

Durkheim e Parsons negam a concepção do homem histórico, produto dos condicionantes sócio-econômicos, ao mesmo tempo que ator consciente dentro das estruturas que o condicionam. Negam a dimensão inovadora e emancipatória da educação, que em suas teorias é reduzida a instrumento de manutenção e apologia do *status quo*. Não falam nos conteúdos educacionais específicos e no interesse de grupos, em nome dos quais, esses conteúdos estão sendo transmitidos de geração em geração.

Dewey e Mannheim têm por objetivo final a sociedade democrática e harmoniosa, em que reina a ordem e a tranqüilidade, onde conflitos e contradições encontram seus mecanismos de solução e canalização. Assim sendo, não diferem da posição *a priori* conservadora de Durkheim e Parsons. Uma vez implantada a sociedade democrática, a função da educação se reduzirá na sua manutenção.

Bourdieu e Passeron (1975) têm uma visão histórica da sociedade e do homem. Partem da análise e crítica a sociedade capitalista, mais especificamente da sociedade francesa do século XX, cuja característica fundamental é a estrutura de classes, decorrente da divisão social do trabalho, baseada na apropriação diferencial dos meios de produção. O sistema educacional é visto como uma instituição que preenche duas funções para a sociedade capitalista, isto é, a reprodução da cultura, que se manifesta no mundo das representações simbólicas ou ideologia, e a reprodução da estrutura de classes, que atua na própria realidade social.

As duas funções: reprodução da cultura e reprodução da estrutura de classes, estão intimamente ligadas, tendo em vista que a função global do sistema educacional é garantir a reprodução das relações sociais de produção. Para que essa reprodução esteja assegurada, não basta que sejam reproduzidas as relações de trabalho e de classes, precisam também ser reproduzidas as representações simbólicas, ou seja, as idéias que os homens se fazem dessas relações. O sistema educacional garante a transmissão hereditária do poder e dos privilégios, dissimulando, sob a aparência de neutralidade, o cumprimento desta função.

A expulsão dos indivíduos do sistema educacional é explicada em termos de falta de habilidades, capacidades, mau desempenho, colocando o sistema educacional como árbitro neutro. A própria escola canaliza e aloca os indivíduos em suas respectivas classes sociais, reproduzindo as relações sociais de produção da sociedade capitalista.

Becker (1964) e Schultz (1971), partindo de uma abordagem econômica, não encontraram uma explicação satisfatória para o crescimento econômico do mundo ocidental dos últimos decênios que seguem a 2a. guerra mundial. Capital e trabalho não bastavam para justificar a taxa de crescimento registrada. Atribuíram à educação a causa do crescimento excedente. Os investimentos econômicos rentáveis seriam aqueles que se concentrassem no aumento quantitativo e qualificativo da educação formal da população ativa.

A maior produtividade das pessoas, segundo esses teóricos da economia da educação, não beneficia somente o crescimento econômico do país. Há uma taxa de retorno social e individual, isto é, a taxa de lucro, criada com a maior produtividade das pessoas, devido ao seu mais em educação, que é repartida de maneira justa entre a pessoa e o Estado.

Numa análise ideológico crítica, a taxa de retorno se desmascara, como a taxa de mais valia, que em verdade não beneficia o trabalhador que produz nem o estado, mas sim o empresário capitalista, que emprega a força de trabalho.

A economia da educação ajuda a disfarçar a essência do problema subjacente à ideologia da "igualdade de chances" de Dewey e da "troca de equivalentes" de Parsons.

Assim como Parsons, os economistas ficaram na superfície dos fenômenos. Procuraram mascarar a exploração e alienação da força de trabalho com sua teoria do crescimento e das taxas de retorno individual.

A taxa de retorno social e individual corresponde à taxa de lucro, apropriada pela empresa privada para assegurar o processo de acumulação de capital.

Os modelos de Parsons, Becker ou Schultz descrevem o aspecto exterior do funcionamento dos sistemas sociais. Não revelam os verdadeiros mecanismos que produzem e mantêm as estruturas de desigualdade, mas os escondem atrás de aparentes igualdades e equivalentes. Somente uma análise radicalmente crítica pode desmascarar o caráter ideológico desses modelos e da realidade que eles descrevem.

Althusser (1970), Establet (1973) e Poulantzas (1973) tentam chegar à essência do fenômeno, através de uma análise crítica da sociedade capitalista como um todo, nas instâncias econômica, política e social.

É Althusser que, pela primeira vez, caracteriza a escola como aparelho ideológico do estado (AIE). Localizada no ponto de intersecção da infra-estrutura e dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, a escola preenche a função básica de reprodução das relações materiais e sociais de produção. Ela assegura que se reproduza a força de trabalho, transmitindo as qualificações e o *savoir faire* necessários para o mundo do trabalho: e faz com que ao mesmo tempo os indivíduos se sujeitem à estrutura de classes. Para isso lhes inculca, simultaneamente, as formas de justificação, legitimação e, disfarce das diferenças e dos conflitos de classes. Atua, assim, também, ao nível e através da ideologia. (Freitag, 1986, p. 33)

A escola contribui de duas formas para o processo de reprodução da formação social do capitalismo: reproduzindo as forças produtivas e as relações de produção existentes.

Em Bourdieu, em certos momentos, tem-se a impressão de a escola ser não somente instrumento, mas também causa da divisão em classes. Em Establet e Poulantzas fica bem claro que tanto a escola como outras instituições de socialização, como a igreja, meios de comunicação de massa, família, não criam a divisão em classes, mas contribuem para esta divisão, e assim, para a sua reprodução ampliada.

A contribuição de Althusser, Establet e Poulantzas à teoria da educação foi revelar a dialética interna da multifuncionalidade do sistema educacional na complexa sociedade capitalista. A escola na medida em que qualifica os indivíduos para o trabalho, inculca-lhes uma certa ideologia que os faz aceitar a sua condição de classe, sujeitando-os ao mesmo tempo ao esquema de dominação vigente. Essa sujeição é, por sua vez, a condição sem a qual a própria qualificação para o trabalho seria impossível.

A escola atua no interesse da estrutura dominante estatal e, em última instância, no interesse da dominação de classe. A dominação não se dá por via direta, mas de maneira disfarçada, com o consentimento dos indivíduos que sofrem a ação pedagógica. A escola tem a função de reproduzir a

básica de reprodução das relações de produção. Ela age de diferentes maneiras, ao nível das três instâncias que, vistas dialeticamente no contexto estrutural global, acabam por se reduzir a uma essencial: a da manutenção e perpetuação das relações existentes.

Althusser, apesar de admitir a importância estratégica da educação como instrumento de dominação nas mãos da classe dominante, não vê nela importância estratégica como instrumento de libertação por parte da classe dominada. A luta de classes se trava e se decide ao nível das instâncias econômica e política. Não é na instância dos aparelhos ideológicos que se decide o destino e a superação das estruturas capitalistas. É uma constatação paradoxal, já que a importância dos aparelhos ideológicos e da ideologia para a manutenção e reprodução dessas estruturas havia sido reconhecida.

Gramsci (1984) vai ser o autor que atribui à escola e à outras instituições da sociedade civil a dupla função estratégica, ou seja, a função dialética de conservar e minar as estruturas capitalistas. Esse autor, dentro do pensamento marxista, tem sido caracterizado como teórico das superestruturas e, é assim, que ele fornece os elementos que permitem pensar uma teoria dialética da educação. E propõe na sua revisão do conceito de Estado, proposto por Marx, sua subdivisão em duas esferas

...a sociedade política, na qual se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, política) e a sociedade civil, constituída pelas associações ditas privadas (igrejas, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa), na qual essa classe busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como cimento da formação social. (Rouanet, 1978, p. 69)

A sociedade civil para Gramsci expressa o momento da persuasão e do consenso que conjuntamente com o momento da repressão e da violência (sociedade política) asseguram a manutenção da estrutura de poder. Na sociedade civil a dominação se expressa sob a forma de hegemonia, na sociedade política sob a forma de ditadura.

Os conceitos de sociedade civil e de hegemonia permitem pensar na elaboração de um conceito de educação emancipatória, ao lado da conceituação da educação como instrumento de dominação e reprodução das relações de produção capitalista.

Na sociedade civil circulam ideologias. A classe hegemônica procura impor à classe subalterna sua concepção do mundo que, aceita e assimilada por esta, constitui o que Gramsci chama de senso comum.

É nesse sentido que Gramsci diz que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica: no caso da hegemonia

burguesa, trata-se essencialmente, do processo de aprendizado pelo qual a ideologia da classe dominante se realiza historicamente, transformando-se em senso comum. É uma pedagogia política, que visa à transmissão de um saber, com intenções práticas. (Rouanet, 1978, p. 72)

A função hegemônica está plenamente realizada quando a classe no poder consegue paralisar a circulação de contra-ideologias, suscitando o consenso e a colaboração da classe oprimida que vive sua opressão como se fosse a liberdade. Nesse caso houve uma interiorização absoluta da normatividade hegemônica. Para isso a classe dominante recorre ao que Gramsci chama de instituições privadas, entre elas a escola.

Na luta de classe o controle das instituições privadas pode assumir um papel estratégico e, dependendo da constelação histórica, prioritário diante do controle das instituições repressivas ou dos mecanismos de produção. A dominação das consciências, através do exercício da hegemonia, é um momento indispensável para estabilizar uma relação de dominação, e com isso as relações de produção. Por isso, as estratégias políticas da classe oprimida devem visar também o controle da sociedade civil, com o objetivo de consolidar a contra-hegemonia.

Se uma classe pretender

assegurar seu domínio pela hegemonia, precisa conceder, mesmo ilusoriamente, um momento de liberdade, insinuando à classe oprimida que ela livremente opta por sua concepção de mundo. A contradição que aqui se expressa pode ser explorada de maneira consciente pela classe oprimida. Mediante seus intelectuais orgânicos ela pode lançar no âmbito da sociedade civil sua contra-ideologia. Esta procurará realizar-se através das próprias instituições privadas, os A I E, refuncionalizando-os; ou criando contra instituições que divulguem a nova concepção de mundo, procurando corroer o senso comum. É óbvio que dentro dessa visão a escola e as doutrinas pedagógicas assumem uma importância estratégica. Mas também é óbvio que tal estratégia só terá chances de êxito quando a classe hegemônica oscilar no poder, delineando-se a corrosão do bloco histórico que garantia a sua hegemonia, e dando-se a emergência de um novo bloco. É evidente que as chances de êxito... de uma educação emancipatória dependem da erosão das relações de produção capitalista nas três instâncias que compõem o bloco histórico. (Freitag, 1986, p. 39)

Para Gramsci a luta política pode, e no contexto do capitalismo avançado deve, travar-se prioritariamente na instância da sociedade civil.

Dentro do esquema gramsciano se torna possível pensar dialeticamente no problema da educação e no funcionamento da escola. Ele permite a existência de uma educação emancipatória institucionalizada. O seu referencial teórico não se limita à análise, explicação e crítica de uma sociedade historicamente estabelecida, mas oferece também os instrumentos para pensar e realizar, com o auxílio da escola e das demais instituições da sociedade civil, uma nova estrutura societária.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Ideologie e appareils idéologiques d' Etat. Pensée*, Paris, jun., 1970.
- BECKER, G. S. *Human capital*. New York: National Bureau of Economic Research, 1964.
- BOURDIEU, P. PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- DEWEY, J. *Vida e educação*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ESTABLET, R. *A escola. Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 35, 1973.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 6a. ed. São Paulo: Moraes: 1986.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- MANNHEIM, K.; STEWART, W.A. C. *Introdução à sociologia da educação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- PARSONS, T. *The social system*. Londres: The Free Press of Glencoe, 1964.
- POULANTZAS, N. *Escola em questão. Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 35, 1973.
- ROUANET, S. P. *Imaginário e dominação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.